

CLIPPING IMPRESSO

05/11/2021



INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL O DEBATE.....	1
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL O DEBATE.....	2
2.2. JORNAL O IMPARCIAL.....	3 - 4
2.3. JORNAL PEQUENO.....	5
3. PRECATÓRIOS	
3.1. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.....	6 - 7
3.2. JORNAL PEQUENO.....	8 - 13
4. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
4.1. JORNAL O PROGRESSO.....	14
5. PUBLICIDADE LEGAL	
5.1. JORNAL PEQUENO.....	15

UNANIMIDADE

CNJ recomenda que juízes garantam liberdade de crença em prisões

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na semana passada, por unanimidade, uma recomendação para que os juízes e juízas garantam a liberdade de crença e o acesso à assistência religiosa a todas as pessoas privadas de liberdade.

Pela Recomendação 119/2021, publicada no Diário de Justiça de ontem (3), os magistrados responsáveis pelas execuções de penas criminais devem tomar providências que garantam “o exercício dos direitos à assistência e diversidade religiosa em suas mais diversas matrizes e à liberdade de crença”.

A recomendação abrange também pessoas sem crença, afirmando que elas não podem ser obrigadas a receber assistência religiosa indesejada. O ato normativo também abrange unidades socioeducativas, que abrigam adolescentes.

Em seu voto, o relator da recomendação, conselheiro Mário Guerreiro, destacou que o Grupo de



Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do CNJ (GMF/CNJ) constatou “dificuldades para o ingresso de algumas congregações religiosas em estabelecimentos prisionais”.

Entre outras informações, o GMF/CNJ recebeu

relato “sobre arbitrariedades por parte da direção de uma unidade prisional, com suposta censura de alguns títulos de livros e imposição de determinada matriz religiosa no que diz respeito ao acesso à leitura”.

A recomendação mobiliza os grupos locais de mo-

onitoramento e fiscalização das prisões do Judiciário a acionarem os órgãos executivos responsáveis pela gestão das unidades prisionais e socioeducativas, para que criem diretrizes e procedimentos que garantam a liberdade religiosa nas prisões.

Visita técnica é ferramenta de aprimoramento da Justiça



Possibilitar a melhoria dos serviços do Judiciário maranhense pela via do diálogo e da gestão eficiente dos recursos disponíveis. Essa foi a avaliação do projeto de visitas técnicas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), realizada na Região dos Cocais, no período de 25 a 28 de outubro. Ao todo, a comitiva percorreu 1.100 km em deslocamento por seis comarcas.

Depois de passar pelas maiores comarcas, Caxias e Timon, a comitiva da CGJ-MA também realizou reuniões de trabalho naquelas consideradas de menor porte, que são Coelho Neto, Codó, Timbiras e Coroatá. Em todas elas, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, conversou com juízes e servidores, conheceu as instalações dos fóruns e recebeu as

demandas que necessitam de mais atenção no momento.

O trabalho tem sido avaliado de forma positiva por juízes e servidores, que entendem ser necessária essa aproximação. Juiz da 2ª Vara de Coroatá, Duarte Henrique, disse que é “uma visita de trabalho importante, porque ficamos distantes da capital, quase que isolados, e esse tipo de conversa, com vários olhares sobre a realidade em que nos encontramos, abre possibilidade para solução que esperamos”, disse.

Durante os encontros, a equipe da CGJ-MA conversou com a magistratura sobre soluções relativas à melhoria de procedimentos, aperfeiçoamento constante da gestão das unidades e o uso das tecnologias já disponíveis.

PEC do Calote, uma ameaça a todo o País



Se definitivamente aprovada, a PEC dos Precatórios converterá o calote em direito constitucional, uma de suas muitas consequências desastrosas

Além de arrebentar o teto de gastos e facilitar a farra com dinheiro público, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, se aprovada e posta em vigor, transformará o calote em direito constitucional – pelo menos o calote praticado pelo Tesouro da União. Será, talvez, a mais audaciosa reforma promovida pelo desgoverno do presidente Jair Bolsonaro. Além disso, poderá valer como vigorosa resposta a quem cobra do Executivo federal maior empenho reformista. Com essa mudança, ar-

gumentam o presidente e seus acólitos, o poder central terá dinheiro para o Auxílio Brasil, versão turbinada do programa Bolsa Família, e a política social será ampliada e reforçada. Já quem se opõe a essa transformação, diz o coro oficialista, pouco deve importar-se, portanto, com os brasileiros em pior situação.

Esse coro inclui o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente da Câmara, Arthur Lira, fidelíssimo, até agora, a seu grande eleitor para o cargo atual, o presidente Bolsonaro. Graças, em grande parte, ao esforço de

Lira, 312 deputados, 4 além do mínimo necessário, votaram a favor da PEC dos Precatórios. Garantiram sua aprovação em primeiro turno, mas ainda faltaria enfrentar o segundo turno na Câmara e dois no Senado. Entre os senadores, segundo se calcula, a resistência ao projeto deve ser maior. Não se pode, no entanto, tratar essa proposta como algo normal e razoável.

Aprovada, a PEC dos Precatórios produzirá vários desastres. Ao converter o calote em direito constitucional, deformará o próprio conceito de precatório, até agora um crédito confirmado e protegido por sentença judicial. Ao retardar a liquidação desse crédito segundo sua conveniência, o Executivo imporá seus critérios a uma determinação do Judiciário. Além disso, uma âncora fiscal inscrita na Constituição, o teto de gastos, ficará subordinada a outro dispositivo constitucional, construído para atender às demandas do presidente e de seus associados. Também a noção de ordem constitucional se enfraquece, como valor, quando mudanças desse tipo – improvisadas e concebidas para servir às conveniências do momento – são aprovadas e inscritas no sistema básico de normas.

Ao desmoralizar uma âncora do sistema fiscal, o presidente e seu séquito, formado principalmente pelo fisiológico Centrão, fortalecem as dúvidas sobre o futuro das contas oficiais e passam um recado sinistro: atropelados os credores dos precatórios, restará alguma segurança para outros credores do governo? Que juros serão compatíveis com o risco de financiar o Tesouro?

Essas perguntas obviamente remetem a outras questões, como a conveniência de buscar segurança em outros mercados. Diante da nova ameaça ao teto de gastos, o dólar voltou a subir, renunciando pressões inflacionárias mais fortes. O Banco Central já reiterateu a disposição de promover um duro aperto, com juros altos, para conter os desajustes associados ao risco fiscal. Menor crescimento econômico e crise social prolongada são efeitos fáceis de prever.

Mas o ataque ao teto de gastos é defendido pelo presidente como condição para ajuda aos pobres. Há quem mencione também uma situação excepcional. São argumentos falsos. Haveria dinheiro, se outros gastos – com emendas de relator, por exemplo – fossem cortados. O auxílio emergencial aos mais necessitados em 2020 foi reduzido à metade em setembro de 2020 e extinto em janeiro. Cerca de 19 milhões de cidadãos foram jogados na miséria.

O auxílio voltou em abril, com menor valor e menor alcance e previsto para acabar antes do fim do ano. Prometeu-se ampliar o Bolsa Família, mas a extensão bastaria apenas para assimilação da fila de espera. Faltaria definir a situação de mais de 20 milhões de assistidos pela ajuda emergencial. Não há uma situação nova, mas um drama prolongado e agravado pela política inadequada. Violando o teto e os precatórios, Bolsonaro tentará conciliar a ajuda eleitoral aos pobres com a manutenção de dinheiro para sua base. O resto é conversa para quem acredita em terra plana.●

Arthur, primeiro irmão

NELSON ALMADA LIMA

É engenheiro civil, ex-professor da UF-MA e foi eleito para a Academia Caxiense de Letras

Sempre tentei tocar piano. De puro ouvido, para meu deleite, sem aplausos e com total desespero dos que se obrigam a me ouvir. Agora, no outono da vida, resolvi levar a sério esta obstinação e tenho tido as aulas que me caberia receber há muitas décadas.

Quis o acaso que, no mesmo dia e quase na mesma hora em que o Arthur sofrer a queda fatal em Caxias, o meu professor, talvez bem impressionado, me perguntou quem tinha influenciado meu gosto musical. Sem hesitação, respondi que tem origem na minha infância, escutando as músicas preferidas de Arthur, o meu irmão mais velho.

Coincidentemente, no dia seguinte

de sua partida, recebi um solidário e consolador telefonema de seu amigo de infância, José Barros, insigne caxiense, que, muito emocionado, recordou os tempos do primeiro acidente do Arthur, quando, adolescentes, ele e outros amigos, o entretinham e se deliciavam, escutando em sua vitrola de manivela os discos de 78 rpm onde desfilavam de Billie Holiday a Ella Fitzgerald, de Glenn Miller a Duke Ellington, de Gershwin a Cole Porter, de Sinatra a Nat Cole e mais ainda o nosso Dick Farney, maravilhando-os com todas aquelas maviosas e imortais canções americanas.

A música do Arthur e de seus amigos me fascinava e foi, para o menino que eu ainda era, a primeira influência que ele me suscitou, marcando definitivamente o gênero que mais aprecio e tanto maltrato em meu piano.

Depois, bem mais tarde, ele já adulto, outras influências traria à minha formação, pelo exemplo de sua vida, na sequência de belas vitórias, a ostentar respeitabilidade e notabilidade na magistratura e no magistério, referência de integridade, coerência e sabedoria. Como Promotor e Juiz, em Brejo e Chapadina distribuiu justiça, e mais que isto, semeou ginásios, dando oportunidade de educação aos mais desvalidos.

Posto em disponibilidade pela intolerância de tempos sombrios, não se abateu e, – ao contrário – com determinação, cresceu em conhecimentos e experiências em outras áreas que extrapolavam a Ciência do Direito. Pois foi assim que ingressou no jornalismo, acolhido no “O Imparcial” pelas mãos de Pires Saboia, cursou o

na Fundação Getúlio Vargas e, convidado pelo então Governador Pedro Neiva, fundou e presidiu a Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM) que agregou as quatro faculdades estaduais, tornando-se o embrião da UEMA, que por esta causa a ele tanto deve.

Mais tarde, movido pelo amor ao Direito, retorna à magistratura, retomando passo a passo o caminho trilhado pelo nosso pai, juiz em Viana, em Caxias (quando sofre seu segundo acidente) e em São Luís quando, finalmente, alcança o topo da carreira como desembargador e Presidente de Tribunal.

Aposentado, e tendo em seguida sofrido uma inclemente perda e profundo desamparo em sua vida, não se alquebra nem se desespera e resiste mais uma vez. Regressa à Caxias de suas origens, onde quase se exila e, com fé beneditina, continua a praticar uma vida produtiva e criativa. Quando muitos prefeririam descansar das muitas batalhas travadas, Arthur assume a direção da primeira Faculdade de Direito do interior do Maranhão e se engaja vigorosamente na vida intelectual e cultural da cidade, participando ativamente da Academia Caxiense de Letras, idealizando ambiciosos projetos e escrevendo livros que muito servem à história caxiense.

Esta é mais uma exemplar influência do Arthur em minha vida: além de ter involuntariamente me proporcionado a precoce compreensão das dores do mundo e da extasiante beleza da música, me ensina, no último terço

de sua existência, o incessante dever de exercitar ações duradouras, o prazer de servir com dedicação a uma comunidade carente, o sentido da responsabilidade social e a satisfação de realizar e construir sempre. Sempre compreendendo que, afinal, isto é tudo que nos mantêm vivos em toda a nossa inteireza e plenitude.

Em certo dia ele passa em frente das ruínas da estação ferroviária de Caxias e tem a percepção que não é cabível o abandono em que se encontra. Ali

era o centro da cidade em passado não tão remoto, por ali era transportada a produção da região e importados os bens necessários aos caxienses, por ali transitavam pessoas que tristes partiam e felizes regressavam. Aquela relíquia, pensou ele, era o testemunho da história social e econômica de Caxias e como tal teria que ser resgatada. Perseverante e iluminado, conseguiu ocupar o prédio, recuperou suas instalações e ali fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, mantido pelo seu esforço e dedicação e pela colaboração dos confrades e amigos a quem pedia ajuda.

Quando o acervo da Rede Ferroviária Nacional foi tombado e transferido para o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Arthur conseguiu levar a então Superintendente Estadual, nossa competente amiga Kátia Bogéia, a conhecer a Estação, sede do Instituto, e as oficinas que clamavam por cuidados, o que muito a sensibilizou e de pronto prometeu o apoio possível. Muitas vezes subi com Arthur o velho elevador mecânico do IPHAN na Rua do Giz à procura de bo-

apresentando o projeto de um complexo multicultural que mudará definitivamente a face da cidade e que estará concluído em meados do próximo ano.

E aí, desafortunadamente, vem o terceiro e derradeiro acidente na vida do Arthur que o impediu de ver concluída a sua preciosa obra que é um legado inestimável que deixa para Caxias, cidade que tanto amou e por ela tanto se deu e trabalhou.

Como em uma premonição, há poucos meses, inesperadamente ele me incitou a me candidatar à Academia Caxiense de Letras, na vaga de um engenheiro de minha grande estima. Relutei por entender que poucos são os meus méritos para a honraria, contudo aceitei movido pelo pressentimento que assim ele planejava a continuidade dos Almada Lima na vida cultural de Caxias, presença que remonta ao tempo de nosso pai. E fui eleito pelo seu prestígio, muito mais que pelas minhas qualidades.

Esta premonição se consolidou quando no hospital ele me aconselhou a publicar um livro com as esparsas e deslustradas matérias que já escrevi. Naquele instante senti um frêmito possuir meu corpo e entristecido retornei pelos extensos corredores do hospital, sofrendo pelo presságio de uma breve inescapável despedida.

Infelizmente, naquele quarto do hospital jazia um corpo que, pela divina graça, resistira a dois graves acidentes para que ele pudesse construir a vida rica e generosa que teve. Mas agora, tão dilacerado e enfraquecido,

já não mais suportaria os efeitos letais de uma terceira queda.

Expressou Arthur seu desejo que suas cinzas sejam espalhadas no Morro do Araím, em Caxias, onde viveu seus folguedos de infância. Nada mais acertado e digno de sua inteligência privilegiada. Avista-se da estrada, lá no alto dessa elevação, uma cruz, ali cravada há muitas décadas. Simbolicamente, é lá portanto o seu Gólgota, onde se inicia sua caminhada mística, se encerra seu Calvário e se finda sua vida de benefícios a tantos, de milagres na educação de outros tantos, se acaba a sua vida cristã de três quedas mortificantes. É do Araím, seu Gólgota, que com o sobrenatural olhar que é privilégio somente dos encantados, é de lá que ele vislumbrará a Casa da Justiça onde trabalhou e tem o nome de nosso pai, as mormoneiras e os bambuzais da Xangrilá, nossa casa, onde viveu grande parcela de seus últimos anos, e, com tão prodigiosa magia, atravessando o Itapecuru, vai mirar sua obra final e monumental a que tanto se dedicou. E, muito além, vai mirar o mar.

Concluo, assinalando que no início falei das músicas que ouvi do Arthur e que tanto me fazem lembrá-lo. Em uma delas, "Nature Boy" o letrista fala de um homem encantado, um pouco tímido, mas muito sábio que passou por seu caminho em um dia mágico. E finaliza dizendo que das muitas coisas que dele ouviu, a maior de todas e que mais se deve sempre aprender é que basta amar e em troca ser amado. Este homem sábio certamente muito me lembra Arthur, meu irmão primeiro.

Reunião do MPMA e do comando da PM discute digitalização de inquéritos militares

José Luís Diniz - CCOM-MPMA



PGJ recebeu membros de corporações militares

Foi realizada nesta quarta-feira, 3, no gabinete do procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, uma reunião para discutir a digitalização e inserção no Processo Judicial Eletrônico (PJE) das atividades da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

O objetivo do encontro, organizado pelo procurador-geral e pelo promotor de justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, titular da 2ª Promotoria de Justiça Militar, foi encontrar alternativas para evitar prejuízos à adequada instrução dos inquéritos militares.

Também estiveram presentes o promotor de justiça José Márcio Maia Alves, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, pelo Ministério Público; e integrantes do sistema de segurança, como o secretário-adjunto de Segurança Pública, Leonardo Diniz; o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Pedro Ribeiro; o comandante do Corpo de Bombeiros Militar, Célio Roberto Pinto de Araújo, e outros membros das corporações militares.

As Promotorias de Justiça Militares e a Auditoria Militar

atuam nos inquéritos militares de todo o estado do Maranhão. Segundo o promotor de justiça Paulo Roberto Ramos, pelo fato de a tramitação ainda ocorrer de forma física, muitos inquéritos têm a instrução bastante demorada ou não é a mais adequada. “Alguns acabam até prescrevendo. É preciso aprimorar essa tramitação, até porque o CNJ já determinou, por meio de Resolução, que, a partir de 2022, todos os inquéritos que ingressarem no Judiciário têm que ocorrer de forma digital”.

CÓDIGO DE ÉTICA

A reunião também discutiu a criação de um Código de Ética para regulamentar o comportamento dos policiais e bombeiros militares do Maranhão, a fim de garantir a hierarquia e a disciplina no âmbito das corporações.

Foi acertado que até o final de 2021, tanto a digitalização dos inquéritos como o Código de Ética dos militares, estarão concluídos. (José Luís Diniz - CCOM-MPMA)

Kátia Persovisan
katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Avaliação

Possibilitar a melhoria dos serviços do Judiciário maranhense pela via do diálogo e da gestão eficiente dos recursos disponíveis. Essa foi a avaliação do projeto de visitas técnicas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), realizada na Região dos Cocais, no período de 25 a 28 de outubro. Ao todo, a comitiva percorreu 1.100 km em deslocamento por seis comarcas. Depois de passar pelas maiores comarcas, Caxias e Timon, a comitiva da CGJ-MA também realizou reuniões de trabalho naquelas consideradas de menor porte, que são Coelho Neto, Códó, Timbiras e Coroatá. Em todas elas, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, conversou com juízes e servidores, conheceu as instalações dos fóruns e recebeu as demandas que necessitam de mais atenção no momento.

Ministério da Saúde distribuiu mais 6,1 milhões de vacinas contra a Covid-19 para todo Brasil

PÁG.4

Após votação apertada, 2º turno da PEC dos Precatórios fica para a próxima semana

Proposta foi aprovada por apenas quatro votos a mais do necessário. Votação do primeiro turno se encerrou na madrugada de quinta-feira

WESLEY AMARAL/CÂMARA DOS DEPUTADOS

GIL MARANHÃO

Por apenas quatro votos a mais do necessário, a Câmara dos Deputados aprovou em primeiro turno, na madrugada de quinta-feira (4), a Proposta de Emenda à Constituição 23/21 – a chamada PEC dos Precatórios. Por ser uma PEC são necessários 308 votos favoráveis e votações em dois turnos. O texto obteve 312 votos contra 144. Parte dos votos favoráveis veio em cima da hora de partidos da Oposição, como o PDT e PSB. Para concluir a votação da matéria em 1º turno os deputados precisam analisar os destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos da proposta. E ainda votar o segundo turno da PEC. Tudo ficou para a terça-feira da próxima semana. A estratégia do presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), foi evitar o esvaziamento da sessão e ainda acalmar os ânimos. Ele passou o dia todo (quarta-feira) e em reuniões de articulações para garantir quórum para realização da sessão e votos para garantir a aprovação. Chegou até a mudar sua decisão da sessão ser presencial e aceitou votos de deputados que estão em eventos, como a da Conferência do Clima, na Escócia, e outros.

Precatórios são dívidas do governo com sentença judicial definitiva, podendo ser em relação a questões tributárias, salariais ou qualquer outra causa em que o poder público seja o derrotado. Uma nota da Consultoria de Orçamento da Câmara diz que, do total de precatórios previstos para pagamento em 2022, 26% (R\$ 16,2 bilhões) se referem a causas ganhas por quatro estados (Bahia, Ceará, Pernambuco e Amazonas) contra a União relativas a cálculos do antigo Fundef. Parte dos



A votação em primeiro turno da PEC dos Precatórios contou com a presença de quase todos os deputados e terminou na madrugada

recursos deve custear abonos a professores.

O QUE DIZ O TEXTO-BASE

O texto-base da PEC dos Precatórios, aprovado em primeiro turno, é o relatório do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). A proposta do governo federal limita o valor de despesas anuais com precatórios, corrige seus valores exclusivamente pela Taxa Selic e muda a forma de calcular o Teto de Gastos. De acordo com o texto aprovado, os precatórios para o pagamento de dívidas da União relativas ao antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão ser pagos com prioridade em três anos: 40% no

primeiro ano e 30% em cada um dos dois anos seguintes. Essa prioridade não valerá apenas contra os pagamentos para idosos, pessoas com deficiência e portadores de doença grave.

O texto aprovado engloba o texto da comissão especial segundo o qual o limite das despesas com precatórios valerá até o fim do regime de teto de gastos (2036). Para o próximo ano, esse limite será encontrado com a aplicação do IPCA acumulado ao valor pago em 2016 (R\$ 30,3 bilhões). A estimativa é que o teto seja de quase R\$ 40 bilhões em 2022. Pelas regras atuais, dados do governo indicam um pagamento com precatórios de R\$ 89 bilhões em 2022, frente aos R\$ 54,7 bilhões de 2021.

Votos de parlamentares de partidos “anti-Bolsonaro” garantem a aprovação da PEC em primeiro turno

GIL MARANHÃO

Votos de parlamentares de partidos “anti-Bolsonaro”, como PDT, PSB e PSDB, e até do Podemos, garantiram a aprovação em primeiro turno da PEC dos Precatórios. Juntos, as quatro legendas deram 52 votos a favor da proposta, que foi aprovada por 312 votos contra 144. Somente da bancada do PDT, partido que tem o ex-governador Ciro Gomes (CE) como presidenciável, foram 15 votos favoráveis à PEC. Dos 24 deputados do partido, apenas 6 votaram contra e três se ausentaram da votação.

O apoio dos pedetistas ao texto foi costurado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante reunião de líderes horas antes da sessão de votação da PEC. No acordo, Lira prometeu colocar em votação um projeto de lei que destina aos professores 60% do que a categoria tem direito das dívidas de precatórios, mas que será escalonada em três anos.

“Tivemos importantes 25 votos da oposição e o líder do PDT [Wolney Queiroz] participou de um acordo com os professores do Nordeste. Houve muita

pressão de governadores nos estados, mas os deputados se mantiveram firmes e votaram a favor”, disse Lira.

A votação provocou um racha no PDT e reações por parte da cúpula do partido e de Ciro Gomes nesta quinta-feira (4). “Há momentos em que a vida nos traz surpresas fortemente negativas e nos coloca graves desafios. É o que sinto, neste momento, ao deparar-me com a decisão de parte substantiva da bancada do PDT de apoiar a famigerada PEC dos Precatórios. A mim só me resta um caminho: deixar minha pré-candidatura em suspenso até que a bancada do meu partido reavalie sua posição”, disse nas suas redes sociais. “Temos um instrumento definitivo nas mãos, que é a votação em segundo turno, para reverter a decisão e voltarmos ao rumo certo. Não podemos compactuar com a farsa e os erros bolsonaristas”, acrescentou Ciro Gomes. A Executiva do PDT se movimentou para cancelar a votação – mas sem dizer o que vai com os que votaram a favor da PEC. E avisou que vai tentar desmobilizar os parlamentares para que o texto seja derrotado na votação em segundo turno. A bancada do PSB, uma

das que mais faz oposição ao governo Bolsonaro na Câmara, também foi dividida para a votação e contribuiu de forma decisiva para a aprovação da PEC dos Precatórios. O líder da bancada, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), votou contra, mas dez deputados do partido votaram a favor.

Racha também na bancada do Podemos, que conta 11 deputados. O partido anunciou nesta semana a filiação do ex-juiz Sérgio Moro - que tem sido crítico de Bolsonaro – para o próximo dia 10 para disputar a Presidência. Moro chegou a dizer no Twitter, antes da votação, que “aumentar o Auxílio Brasil e o Bolsa Família é ótimo”, mas que “furar o Teto de Gastos, aumentar os juros e a inflação, dar calote em professores, tudo isso é péssimo”.

O PSDB, que tem três pré-candidatos à Presidência que costumam criticar o governo Bolsonaro - João Doria, Eduardo Leite e Arthur Virgílio – também fechou questão pela aprovação da PEC dos Precatórios. A bancada tucana tem 32 deputados e deste, 22 foram favoráveis à PEC.

Bancada maranhense se divide na votação em primeiro turno da PEC dos Precatórios

GIL MARANHÃO

A votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 23/21 – a chamada PEC dos Precatórios - dividiu várias bancadas de partidos e também dos estados na Câmara dos Deputados, incluindo a do Maranhão,

composta por 18 deputados. Votaram a favor da proposta os seguintes deputados: Aluisio Mendes (PSC-MA), André Fufuca (PP-MA), Cleber Verde (Republicanos-MA), Edilazio Junior (PSD-MA), Gastão Vieira (PROS-MA), Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Josivaldo JP (Podemos-MA),

Junior Lourenço (PL-MA), Juscelino Filho (DEM-MA), Marreca Filho (Patriota-MA), Pastor Gil (PL-MA) e Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA). Votaram contra a PEC os deputados Gil Cutrim (Republicanos-MA), Hildo Rocha (MDB-MA), João Marcelo Souza (MDB-MA),

Rubens Pereira Jr. (PCdoB-MA) e Bira do Pindaré (PSB-MA). Único ausente foi o deputado federal Zé Carlos (PT-MA), por motivo de saúde.

A reportagem do Jornal Pequeno, em Brasília, ouviu vários parlamentares sobre prós e contra a matéria.

JUSCELINO FILHO

“Meu apoio à PEC dos Precatórios, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados, se deve a três principais pontos. Em primeiro lugar, a proposta vai viabilizar o Auxílio Brasil, programa social que vai pagar benefícios de até R\$ 400 para todos os beneficiários do Bolsa Família e para milhões de brasileiros que serão incluídos”, declarou o

deputado federal Juscelino Filho (DEM-MA).

“Além disso, o texto que aprovamos garante o pagamento das dívidas do antigo Fundef em três anos, sendo 40% em 2022 e 30% nos dois anos seguintes, uma solução apoiada por parlamentares ligados à educação”, continuou o deputado.

“Outro avanço foi o compromisso de votarmos o PL 10880/18, que assegura

o efetivo pagamento de 60% dos precatórios do Fundef diretamente aos professores, algo que não existe hoje. São avanços importantes em prol do país, que beneficiam especialmente as famílias mais carentes, ainda mais afetadas pela pandemia, e os professores. Essa é a verdade, que precisa ser muito bem explicada a todos, a fim de evitarmos falácias e confusões a respeito”, completou.





HILDO ROCHA

“Votei não à PEC 23, porque ela traz três dispositivos malignos ao povo brasileiro”, disse o vice-líder do MDB na Câmara, deputado Hildo Rocha (MA), que afirmou ter trabalhado nos bastidores contra a votação do texto.

“Um deles é o calote, inclusive calote contra os professores”, criticou o parlamentar maranhense. “O outro é acabar com a Regra de Ouro e o terceiro é a securitização para dar dinheiro apenas para os banqueiros, tirar dos pobres para dar para os banqueiros. Por isso sou contra, votei contra e continuarei contra a PEC 23”, ressaltou.



BIRA DO PINDARÉ

“Eu votei contra a PEC 23”, revelou o deputado federal Bira do Pindaré (PSB-MA). “Infelizmente, os deputados bolsonaristas conseguiram aprovar, em primeiro turno, essa matéria. Uma decisão lamentável que serve apenas aos interesses eleitoreiros de Bolsonaro e que prejudica muito milhões de famílias brasileiras e vários segmentos, sobretudo da educação”, ressaltou.

Ele ressaltou que não é contra qualquer programa de distribuição de renda. “Quero deixar claro que sou favorável e queremos que aconteça de maneira permanente. Defendo inclusive que o valor aumente de R\$ 400 para R\$ 600 porque está tudo muito caro no Brasil, o gás está caro, o feijão, o arroz, a carne e etc. E digo mais, nem precisaria de PEC para isso. Portanto, sou contra é dar calote no povo para arrecadar bilhões de reais para comprar a eleição em 2022”, acrescentou Bira.

Problema de saúde afastou o deputado Zé Carlos da votação, diz nota

O deputado federal Zé Carlos (PT-MA), um dos maiores críticos da proposta, foi a única ausência entre os maranhenses. Ele divulgou uma nota de esclarecimento, em que diz: “Infelizmente, por motivos de saúde, muito embora com check-in feito, não pude embarcar para Brasília para participar das votações”, escreveu. “Minha posição contra a PEC 23, que foi aprovada ontem em primeiro turno, tem sido por demais externada nas minhas redes sociais, gravações de vídeos, manifestações públicas na Câmara Federal e jornais de grande circulação”, continua a nota.

“Embora não podendo viajar, o meu impedimento de votar pelo aplicativo, decorreu de uma determinação do Presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL) de que as votações por meio do aplicativo, que vêm sendo utilizado em função da pandemia, só poderão ser computadas se o parlamentar consignar sua presença por meio de biometria na Câmara Federal, o que infelizmente me impediu de ter votado à distância contra

essa famigerada PEC”, acentuou. “Entretanto, a minha ausência não prejudicou a nossa luta, pois como trata-se de uma PEC, cabe a quem quer aprovar, no caso o Governo, obter no mínimo 308 votos (3/5 dos parlamentares). Lamentavelmente, o governo conseguiu esses 308 votos.

Assim sendo, os votos daqueles que assim como eu são contrários a essa PEC não teriam como impedir a vitória do governo na votação de ontem”, frisou o deputado. “Se Deus quiser, estarei lá na semana que vem, para votar no segundo turno. Ressalto porém, que a nossa estratégia



Deputado federal Zé Carlos

deve ser direcionada para reverter os votos, principalmente dos partidos de esquerda que votaram favoráveis à PEC, pois como parlamentares de partidos que defendem os trabalhadores, os mesmos deveriam estar ao lado deles, não votando favorável à PEC.

	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 54/2021 Processo nº 4224/2021	
Objeto: Aquisição de peças (componentes) para os elevadores 97014 e 97015 instalados nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa – FSDC; Justificativa: Revisão do edital; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fones: (98) 3261-6181 / 6194. São Luís/MA, 04 de novembro de 2021. Katia Araújo Gonçalves – Pregoeira TJMA. TJMA (Uasg 925125).	